

ATOS GOLPISTAS

Ministros devem evitar deboche

Econômico nos comentários sobre ação da PF no coração do bolsonarismo, Lula pede a auxiliares que não alimentem guerra nas redes

» EVANDRO ÉBOLI
» VICTOR CORREIA
» VINICIUS DORIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu o tom, na manhã de ontem, que seria adotado pelo governo em relação aos comentários sobre a operação Tempus Veritatis, da Polícia Federal (PF), que mirou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL-RJ) e aliados, incluindo generais. Ele evitou comentar a ação, mas pediu rigor aos investigadores e que não haja abusos. Mesmo assim, Lula acredita na participação de Bolsonaro na tentativa de golpe de Estado e, por isso, não poupou críticas ao antecessor.

Chamou atenção também o silêncio na Esplanada dos Ministérios ao longo do dia. A orientação por uma postura discreta dos auxiliares partiu do próprio presidente Lula. Apenas o ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta, e o ministro da Defesa, José Múcio, fizeram curtas e secas declarações. A ordem foi evitar provocações que alimentem a guerra de narrativas nas redes sociais, como os comentários feitos por nomes do primeiro escalão quando, na semana passada, o filho 02 do ex-presidente — o vereador Carlos Bolsonaro — também foi alvo dos agentes federais. Declarações provocativas geraram mal-estar para o Palácio.

No Planalto, de acordo com um assessor ouvido pelo **Correio**, o que deve ser considerado, agora, são as palavras de Lula em Belo Horizonte. O presidente não quer comentários e piadas sobre a operação policial, dada a gravidade das acusações e do peso dos nomes envolvidos.

Agenda mineira

O presidente Lula esteve, ontem, em Belo Horizonte, quando foi perguntado sobre a operação em entrevistas que deu à imprensa. Mineiramente, evitou polemizar. “É muito difícil um presidente da República falar sobre uma ação que é feita depois de uma decisão judicial”, respondeu à Rádio Itatiaia. “Espero que a PF faça a coisa do jeito mais democrático possível, e que não haja nenhum abuso. Que faça o que a Justiça determinou e, depois, apresente à sociedade o

Alexandre Guzanhe/Estado de Minas



Em Belo Horizonte, o presidente Lula evitou comentar a operação da PF, mas vinculou a tentativa de golpe de Estado ao ex-presidente Bolsonaro



Espero que a PF faça a coisa do jeito mais democrático possível, e que não haja nenhum abuso. Que faça o que a Justiça determinou e, depois, apresente à sociedade o resultado do que eles encontraram”

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

resultado do que eles encontraram”, emendou.

O mandatário frisou que não cabe a ele “ficar dando palpite”, e voltou a dizer que os investigadores devem ter direito à presunção da inocência — um direito que, lembrou ele, lhe foi negado à época em que esteve preso. Lula vê a tentativa de golpe de Estado como “um dado concreto” e disse que resta descobrir quem financiou os atos, incluindo os acampamentos na frente de quartéis, principalmente no QG do Exército, em Brasília. O presidente disse acreditar no envolvimento de Bolsonaro com a iniciativa golpista.

“O cidadão que estava no governo não estava preparado para ganhar, não estava preparado para perder, não estava preparado para sair”, pontuou. “Foi embora para os Estados Unidos, porque ele deve ter participado da construção dessa tentativa

de golpe. Nós vamos esperar as investigações. Eu espero que, no tempo mais rápido possível, a gente possa ter um resultado do que realmente aconteceu no Brasil”, acrescentou. O ex-presidente embarcou para Miami em 30 de dezembro de 2022, dois dias antes do fim do seu mandato, e ficou em solo americano por três meses. Questionado sobre a participação de Bolsonaro nos ataques de 8 de janeiro, Lula respondeu que “não teria acontecido sem ele”.

Os demais integrantes do governo foram bem menos vocais. Paulo Pimenta foi um dos ministros que acompanharam o presidente nos compromissos na capital mineira. Ele deu entrevistas à imprensa apenas para dizer que não haveria comentários sobre a ação policial ou suas consequências. “Não vamos emitir nenhuma opinião acerca da operação”, enfatizou.

José Múcio, da Defesa, também foi bastante procurado ao longo do dia por conta da presença de generais entre os alvos da PF. “Cabe às Forças Armadas apoiar a decisão da Justiça”, limitou-se a declarar.

Aos auxiliares diretos, porém, José Múcio comentou que a operação Tempus Veritatis apenas está comprovando o que ele sempre defendeu: o golpismo tem que ficar circunscrito aos militares que tramaram contra a democracia, e não, às Forças Armadas como instituições de Estado. “Agora, temos nomes”, disse ele em conversas privadas. O ministro não tem dúvida de que as Três Forças estão dando o apoio institucional às ações da PF e têm todo o interesse em identificar possíveis responsáveis pelo movimento que descambou para a depredação da Praça dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023.

» TSE multa Bolsonaro

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aplicou, ontem, uma multa de R\$ 15 mil ao ex-presidente Jair Bolsonaro por propagar desinformação e notícia falsa contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, associando o petista à organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). O fato ocorreu na campanha eleitoral de 2022. A representação no TSE foi da coligação Brasil da Esperança, do conjunto de partidos que apoiaram Lula. Foi determinada ainda a retirada do conteúdo das redes sociais. Esse julgamento teve início em novembro do ano passado, com Lula já eleito presidente, mas não empossado. O então relator e corregedor-geral eleitoral, ministro Benedito Gonçalves, julgou a ação procedente e propôs a aplicação da multa ao ex-presidente. Ontem, Jair Bolsonaro teve que entregar o passaporte à PF e está proibido pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, de se aproximar dos outros investigados. **(EE)**

Silêncio combinado

Nos bastidores do Planalto, a orientação para auxiliares do presidente foi a de não fazer comentários nem deboches nas redes sociais sobre a operação. O silêncio é a determinação que vale para ministros e servidores de segundo e terceiro escalões.

Lula não quer que se repita o que aconteceu na operação que atingiu Carlos Bolsonaro, há 10 dias. Não coincidentemente, uma peça publicitária do governo sobre cuidados com a dengue exibiu um homem batendo à porta com a legenda “toc, toc, toc”. Depois, vinha uma orientação para a população: “Quando os agentes comunitários de saúde baterem à sua porta, não tenha medo, apenas receba-os”. A propaganda foi muito criticada porque deixava claro a intenção de provocar o filho 02 do ex-presidente.

Alvos da PF também foram investigados pela CPMI de 8/1

» LUANA PATRIOLINO

Alvos da operação da Polícia Federal sobre a elaboração de um plano com o objetivo de decretar um golpe de Estado no país, também apareceram na condição de indiciados e intimados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos golpistas. O colegiado da Câmara dos Deputados e do Senado Federal apurava a participação dos bolsonaristas nos ataques de 8 de janeiro do ano passado, que culminaram na depredação das sedes dos três Poderes.

Segundo a PF, foi montada uma organização criminosa, com seis núcleos (desinformação, incitação aos militares, jurídico, operacional, inteligência paralela e núcleo de oficiais de alta patente) para atuar em tentativa de golpe de Estado e manter o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no poder. Também teria sido elaborada uma minuta golpista que previa a prisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Um dos principais envolvidos é o general Braga Netto, ex-ministro da Defesa e ex-candidato a vice-presidente da República. Na CPMI, ele foi indiciado, em outubro de 2023, por associação criminosa, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado.

61

61
pessoas, entre civis e militares, foram indiciadas pela CPMI do 8 de Janeiro, mas a Procuradoria-Geral da União (PGR) não denunciou ninguém até agora

A relatora, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), apontou que Braga Netto e o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, aderiram “subjettivamente às condutas criminosas de Jair Messias Bolsonaro e demais indivíduos em seu entorno, colaborando decisivamente para o desfecho dos atos do dia 8 de janeiro de 2023”.

O general Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), também figura como indiciado pela CPMI e é tido como peça-chave da investigação da PF. Paulo Sérgio Nogueira, general e ex-ministro da Defesa de Bolsonaro, é outro personagem fundamental que foi indiciado pela CPMI em outubro do ano passado.

O coronel do Exército Marcelo Câmara também foi convocado pela CPMI. Preso ontem, o colegiado constatou no ano passado

Ed Alves/CB/DA.Press



General Augusto Heleno, observado pelo presidente e pela relatora da CPMI: peça-chave nas investigações

que ele levou o hacker Walter Delgatti ao Ministério da Defesa a pedido de Bolsonaro.

Sem denúncia

No total, a relatora da CPI dos Atos Golpistas pediu o

indiciamento de 61 pessoas, entre civis e militares. No entanto, mesmo com a ação, a Procuradoria-Geral da República (PGR) ainda não denunciou ninguém, pois está analisando o material encaminhado pela CPMI.

Outros investigados da

operação da PF também apareceram como citados na comissão do Congresso. Tercio Arnoud Thomaz, ex-assessor de Bolsonaro, foi investigado em 2020 em uma apuração sobre contas falsas removidas pelo Facebook ligadas ao

ex-presidente com o objetivo de disseminar fake news.

O advogado Amauri Feres Saad foi citado na CPMI como “mentor intelectual” da minuta do golpe encontrada na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres. De acordo com o colegiado, ele teria dado assessoria jurídica a Filipe Martins na elaboração do documento.

Filipe Martins, ex-assessor especial de Bolsonaro, é citado na CPMI. Na época, os parlamentares encontraram e-mails apontando que ele esteve quatro vezes no Palácio da Alvorada em dezembro do ano passado, após a derrota do ex-presidente, e que teria entregado uma minuta golpista no local.

O presidente do PL (partido de Bolsonaro), Valdemar da Costa Neto — preso em flagrante pela Polícia Federal na manhã de ontem por posse ilegal de arma de fogo —, também presostou depoimento na CPMI dos atos golpistas no ano passado. À época, a relatora da comissão, senadora Eliziane Gama, apresentou pedido para a quebra dos sigilos telefônico e telemático do político. No requerimento, ela afirmou que o aliado do ex-presidente teria participado “de maneira pouco republicana” das tratativas com Walter Delgatti Neto para elaborar formas de fraudar as urnas eletrônicas.